

Ascenty

A Digital Realty and Brookfield Infrastructure JV

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42

Relatório da Administração

Prezados Stakeholders, Ao encerrarmos o ciclo de 2024, é com orgulho que compartilhamos os avanços que definiram mais um capítulo na trajetória da Ascerty. O ano foi marcado por conquistas significativas, parcerias estratégicas e a reafirmação do nosso compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a excelência no atendimento aos nossos clientes. **Expansão e inovação como pilares do crescimento:** No Chile, avançamos na construção do terceiro data center em Santiago, o Santiago 3, com 16 MW de capacidade. Além disso, lancamos o Google Cloud Interconnect no país, reforçando nosso compromisso com conectividade de alta qualidade e redundância para nossos clientes. Consolidamos nossa presença na América Latina com o lançamento do ServiceFabric™ no Brasil, uma plataforma de orquestração de serviços que interconecta fluxos de trabalho, aplicativos, nuvens e ecossistemas na PlatformDIGITAL®, da Digital Reality. Essa iniciativa fortaleceu nosso posicionamento em interconexão, além de abrir novas possibilidades para clientes que buscam baixa latência e performance superior em aplicações de inteligência artificial e computação de alto desempenho. **Parcerias estratégicas e colaboração global:** Com a Dell Technologies, consolidamos uma oferta conjunta que combina nossos serviços de

colocation com as soluções as a service da Dell, como o Dell APEX Subscriptions, permitindo maior flexibilidade e eficiência para atender às demandas de IaaS do mercado. Unimos forças com a WideLabs para disponibilizar ao mercado global a LLM Amazônia IA, uma plataforma de inteligência artificial brasileira, por meio do ServiceFabric™, com um forte foco em privacidade, segurança e sustentabilidade. Já com a DE-CIX, uma das principais operadoras de Internet Exchange do mundo, fortalecemos nossa infraestrutura de interconexão. Essa colaboração permitirá reduzir a latência e aprimorar a experiência do usuário final em serviços sensíveis, como streaming e acesso em tempo real a conteúdos críticos. Em complemento aos novos projetos de 2024, mantemos nosso foco na parceria estratégica e no atendimento com excelência aos clientes de longo prazo. **Reconhecimentos e novos marcos:** Em 2024, conquistamos mais de 100 novos clientes, fortalecendo nossa posição como líder em soluções de conectividade e colocation na América Latina. Também fomos mais uma vez reconhecidos por nossa excelência operacional. Nossa projeto Expansão Hortolândia 5 – Um projeto a favor da sustentabilidade conquistou o prêmio de Environmental Impact no DCD Awards, um marco de nossa atuação ESG. Mantivemos o Selo Ouro no Programa

GHG Protocol, evidenciando nosso compromisso em eficiência energética. No quesito satisfação do cliente, pelo sétimo ano consecutivo, ficamos na zona de excelência do NPS. A confiança de nossos clientes também se refletiu no Gartner Peer Insights, onde nossas soluções receberam avaliações de cinco estrelas, com destaque para confiabilidade e infraestrutura. **Agradecimentos e perspectivas para o futuro:** Encerramos o ano com uma equipe ampliada, agora composta por 900 colaboradores, que são a base do nosso sucesso e representam nosso compromisso com o crescimento contínuo. Agradecemos o empenho e a dedicação de cada colaborador, cuja ética, agilidade, comprometimento e flexibilidade impulsionam nossa trajetória. Também expressamos nossa gratidão pela confiança de nossos clientes e parceiros, que tornam nosso progresso possível. Com resiliência e visão de futuro, seguimos rumo a 2025, prontos para enfrentar novos desafios, explorar novas oportunidades e consolidar ainda mais nossa posição de destaque no mercado. Atenciosamente, Liderança da Ascenty.

A Administração

7.865.693 6.838.553 6.826.889 6.399.319 | patrimônio líquido **7.865.693**

Demonstração das Mutações do P

do exercício e 2024	24.2	-	-	-	(407.308)
	2.254.080	(957.727)		34.558	(444.283)

Saída em 31 de dezembro de 2024

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Em 31 de dezembro

Notas

1. Contexto e descrição: A Ascenty Data Centers é uma telecomunicações S.A., uma Companhia "Ascenty Data Centers" ou "Ascenty Brasil"), constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, Brasil. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia compreendem a Companhia e suas subsidiárias Ascenty Chile SpA e Ascenty DC US LLC (conjuntamente denominadas "Grupo"). O Grupo tem como principais atividades: a) prestação de soluções relativas à disponibilização de espaço físico para guarda e armazenamento de equipamentos especializados em processamento e armazenamento de dados; b) fornecimento de soluções de infraestrutura para armazenamento de equipamentos de processamento e armazenamento de dados; c) fornecimento de soluções de porta "Internet Protocol (IP)"; d) fornecimento de soluções de telecomunicações por quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão; e) fornecimento de soluções de disponibilização e aluguel das suas redes de telecomunicações, bem como fornecimento de soluções de cabo e fibra ótica. **Controlada:** A Ascenty Chile SpA ("Ascenty Chile"), constituída em 21 de outubro de 2016 e diretamente controlada pela Ascenty Data Centers, que detém 100% de suas ações, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Santiago, Chile. A Ascenty DC US LLC ("Ascenty US"), constituida em 28 de dezembro de 2023 e diretamente controlada pela Ascenty Data Centers, que detém 100% de suas ações, é uma empresa privada com sede em Flórida, Estados Unidos. **Controladora direta e controladora da Companhia:** todos os valores foram arredondados para trás, mindo mais próximo, salvo indicação em contrário. A moeda funcional da controlada estrangeira Ascenty Chile SpA é o Peso Chileno ("CLP"). **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pela taxa de câmbio médio do período do relatório. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica de outros resultados abrangentes, denominada "Variação cambial de investimento no exterior". **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ajustes de conversão resultantes são reconhecidos em conta específica de outros resultados abrangentes, denominada "Variação cambial de investimento no exterior". **4. Uso de julgamentos e estimativas** – Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos,

Estados Unidos. Controladora direta e controladora a diretamente pela Ascenty Holding Brasil S.A., que detém que detêm a aplicação das políticas contábeis do C passivos, receitas e despesas. As incertezas relacio

100% de suas ações, e é indiretamente
joint venture entre a Digital Realty Trust

joint venture entre a Digital Realty Trust, Inc. e a Brookfield Infrastructure. Adicionalmente às operações no Brasil e no Chile, a Ascency tem operações no México e na Colômbia através de duas entidades operacionais sob controle comum da Stellar JV (coletivamente denominadas "Grupo Ascency"). **2. Declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2025.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais ("BRL"), que é a moeda funcional quanto a probabilidade e magnitude do desembolso de recursos. – Nota 6.7 – Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos. – Nota 6.11 – mensuração do valor

justo dos prêmios e opções de ações concedidos no plano de incentivo de longo prazo. **5.**
Mensuração do valor justo – Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo utiliza dados observáveis do mercado, quando disponíveis, para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo. Os valores justos são classificados em diferentes níveis numa hierarquia com base nos dados utilizados nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos; - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são diretamente (por preço) ou indiretamente (derivados de preços) observáveis para um ativo ou passivo; e - Nível 3: inputs, para um ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais no final do período em que ocorrem as mudanças. A tabela a seguir mostra os valores contábeis e os valores justos de ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia de valor justo. Ela não inclui informações de valor justo para ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (mensurados ao custo amortizado) se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

Razoável do Valo

Valor contábil	Valor justo Nível 2	Valor contábil	Valor justo Nível 2
853.178	853.178	423.890	423.890
287.412	287.412	242.031	242.031
1.140.590	1.140.590	665.921	665.921

617.719	617.719	83.743	83.743
617.719	617.719	83.743	83.743

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		2017/18	2016/17	2015/16	2014/15
Empréstimos e financiamentos	6.502.365	6.399.867	5.029.682	5.029.682	
Passivo de arrendamento	365.353	344.645	375.862	378.761	
Total	6.867.718	6.744.512	5.405.544	5.408.443	
6. Políticas contábeis materiais – O Grupo aplicou as políticas contábeis abaixo descritas de forma consistente a todos os exercícios fiscais apresentados nestas demonstrações contábeis.					

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

financeiras consolidadas e individuais, exceto quando indicado de outra forma. **6.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **6.2. Base de consolidação; Controle:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar as suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com entidade controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. As transações nos saldos, receitas e despesas com as controladas são eliminadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. **6.3. Reconhecimento de receitas:** A maior parte das receitas do Grupo é derivada de fluxos de receitas recurrentes, consistindo principalmente em (1) colocação, que se refere à disponibilidade de espaço e energia no data hall; (2) aluguel de infraestrutura de fibra apagada; (3) serviços de telecomunicações e (4) outras receitas. Os contratos de colocação, principal linha de receita, contém componentes de arrendamento

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

e não arrendamento, considerando que o espaço e a infraestrutura são disponibilizados de forma conjunta ao cliente, o que consiste no fornecimento redundante de energia, ambiente de sistemas controlados (ar-condicionado e refrigeração), conectividade e segurança. A receita desses contratos é reconhecida de forma mensal conforme as soluções são consumidas. As receitas são substancialmente reconhecidas quando o controle dos produtos e serviços são transferidos para os clientes, por um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera ter direito em troca dos serviços. Os fluxos de receitas recurrentes são geralmente cobrados mensalmente e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. As taxas de instalação não recorrentes, embora geralmente pagas antecipadamente na instalação, são diferidas e reconhecidas linearmente ao longo do prazo do contrato. Serviços profissionais e revendas de equipamentos são reconhecidos no período em que os serviços e as vendas são entregues. O reconhecimento da receita, faturamento e recebimentos de caixa resultam em contas a receber, ativos de contrato e receitas diferidas. Um recebível é registrado pelo valor da fatura, líquido de provisão para perdas esperadas de créditos e é reconhecido no período em que o serviço é prestado aos clientes e quando o direito à contraprestação é incondicional. Os termos e condições de pagamento variam de acordo com o tipo de contrato, embora os termos geralmente incluam a exigência de pagamento dentro de 30 a 60 dias. Nos casos em que o momento do reconhecimento da receita difere do momento do faturamento, o Grupo avalia que os contratos geralmente não incluem um componente financeiro significativo. Em adição, foi avaliado a capacidade de cobrança com base em alguns fatores, incluindo o histórico de transações anteriores com o cliente e a credibilidade do cliente. Geralmente não há garantias nos contratos com clientes, embora em certos há possibilidade de interrupção dos serviços por falta de pagamento. À tabela a seguir apresenta as principais linhas de receita do Grupo é o momento em que as obrigações de desempenho são atingidas e reconhecidas:

Principais linhas de produtos

Natureza	Momento de reconhecimento da receita com clientes
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Colocation")	Receita é substancialmente reconhecida quando o espaço e os componentes da infraestrutura são consumidos pelo cliente. O Grupo inicia o reconhecimento de receita no momento em que a infraestrutura está disponibilizada e preparada para utilização do cliente conforme seus requerimentos. Os contratos de colocação para uso do espaço (data hall) são reconhecidos de forma mensal conforme as soluções são consumidas durante o período do contrato ("straight-line").
Serviços de telecomunicações e locação de infraestrutura de fibra apagada ("Dark fiber")	Receita é substancialmente reconhecida quando o controle dos serviços é transferido ao cliente. Os faturamentos são emitidos e reconhecidos de acordo com a data de aceite das soluções de negócios. Os serviços são prestados mensalmente, de acordo com os contratos.
Outras receitas	Outras receitas são itens não recorrentes, geralmente pagos pelos clientes de forma antecipada como os casos de receitas de instalação. Nesses casos, a contraprestação antecipada é diferida e reconhecida como receita dentro do prazo do contrato. Prestação de serviços e venda de equipamentos são reconhecidos como receita quando o serviço é prestado ou produto entregue.

6.4. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos: O Grupo reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para os contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Com isso, o Grupo não monitora as alterações no risco de crédito, mas em vez disso reconhece uma provisão para perdas com base nas perdas esperadas de crédito em cada data de reporte. O Grupo determinou uma matriz de provisão baseada na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos das contrapartes e do ambiente econômico. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso seja identificado algum indicador, o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente aplicadas para redução de qualquer ágio alocado a uma UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável, exceto a relacionada a goodwill, é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente. O Grupo não identificou indicadores relacionados a não recuperabilidade dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e, portanto, nenhum teste específico relacionado a recuperabilidade dos ativos foi necessário. **6.5. Imposto de renda:** A despesa com imposto de renda compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecido nos resultados, exceto na medida em que se relaciona com itens reconhecidos diretamente no capital próprio ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados com imposto de renda não comprem o imposto de imposto sobre o rendimento e contabilizá-los de acordo com CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets). **Tratamentos fiscais incertos:** Para questões de imposto de renda, é reconhecido um ajuste ao imposto de renda quando o Grupo avalia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, que existe uma incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda adotados durante os exercícios fiscais sujeitos a exames das autoridades fiscais, ou em discussões em instâncias administrativas ou judiciais com autoridades fiscais, que não seja provável ser aceita por decisões do tribunal de última instância. **Imposto de renda corrente:** O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste ao imposto a pagar ou a receber relativa a exercícios anteriores. O valor do imposto corrente a pagar ou a receber é a melhor estimativa do valor do imposto que se espera pagar ou receber que reflete a incerteza relacionada com o mesmo, se existir. O imposto é mensurado utilizando as taxas de imposto vigentes na data do balanço. O imposto corrente inclui também qualquer imposto proveniente de dividendos. Ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos. **Imposto de renda diferido:** Os impostos diferidos são reconhecidos relativamente às diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos contidos nas demonstrações financeiras e os saldos considerados para fins tributários. O imposto diferido não é reconhecido para: – Diferenças temporárias no reconhecimento inicial de ativos ou passivos numas transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo contábil e fiscal; – Diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controlada, coligadas e controladas em conjunto na medida em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que não serão revertidas num futuro previsível; e – Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do goodwill. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base na taxa de imposto que se espera aplicar as diferenças temporárias quando revertidas, com base nas taxas de imposto que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais alinhadas às expectativas do Grupo quanto à recuperabilidade ou liquidação do valor contábil dos seus ativos e passivos. Caso o montante das diferenças temporárias tributáveis seja insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, será considerado o lucro tributável futuro ajustado pela reversão das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas controladas individualmente. **6.6. Instrumentos financeiros:** **6.6.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber e as aplicações financeiras são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (exceto contas a receber sem componente significativo de financiamento) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber sem componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação. **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outro resultado abrangente (VJRA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere o modelo de negócio de gestão dos ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação das demonstrações financeiras subsequentes à alteração do modelo de negócio. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às seguintes condições e não for designado como mensurado ao VJR: – É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e – Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas a pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um investimento financeiro é mensurado pelo VJORA se atender às seguintes condições e não for designado como mensurado pelo VJR: – Mantém-se num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e – Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isto inclui todos os ativos financeiros derivativos e fundos de investimento. **Ativos finan-**

registradas como itens individuais (componentes) do imobilizado. Os ganhos e perdas na venda de um item do ativo imobilizado são avaliados pela comparação entre os recursos resultantes da venda com o valor contábil do ativo imobilizado e são reconhecidos líquidos entre outras receitas ou despesas na demonstração de resultados lucros ou prejuízos. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorridos dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado entre outras receitas ou despesas na demonstração de resultados lucros ou prejuízos. Sistemas de climatização, elétricos e de segurança 5 - 15 anos Edifícios 10 - 20 anos Rede e infraestrutura de telecomunicações 5 - 15 anos Instalações e conectividade 5 anos Outros 5 - 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente e ajustados, se apropriado. **Custo de empréstimos e financiamentos:** Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que requer necessariamente um tempo significativo para ser concluído para uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente do ativo. À medida que o Grupo contrai empréstimos sem finalidade específica e os utiliza com propósito de obter um ativo qualificável (construção de data centers), o Grupo estabelece o montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização, aplicando uma taxa de capitalização às despesas com o ativo em construção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesas financeiras no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo em conexão com o empréstimo. **6.8. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições de arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa da data de início; – Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; – O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento, conforme apresentado na nota 9. **6.9. Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) devido a um evento passado, é provável que uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser feita. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for significativo, as provisões são descontadas usando uma taxa corrente antes de impostos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando é adotado o desconto, o aumento da provisão em função do passar do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para contingências:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. São constituídas provisões para todos os litígios relacionados a processos para os quais é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e para os quais uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das provas disponíveis, a hierarquia legal, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e a sua relevância perante a lei, bem como a sua avaliação por advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decurso de prazo aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.10. Pagamento baseado em ações: O Grupo mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de prêmios atrelados às condições de mercado ("Prêmios") e de outorgas de opções de ações ("SOPs"), concedidos pela Stellar JV e Ascenty Cayman Holding Ltd (controlada pela Stellar JV), respectivamente. O objetivo do plano é proporcionar a certos membros e executivos da Administração a oportunidade de se tornarem acionistas indiretos do Grupo. O plano é classificado como pagamento baseado em ações liquidado em instrumentos patrimoniais, uma vez que a Companhia não tem obrigação de liquidar a transação. O valor justo na data da outorga do plano é reconhecido como despesas gerais e administrativas no resultado do exercício com aumento correspondente no patrimônio líquido, na reserva de pagamento baseado em ações, durante o período de aquisição dos prêmios e das opções. O valor reconhecido como despesa é ajustado em cada período de reporte para refletir o número de ações para os quais se espera que o serviço relacionado e as condições de desempenho, não relacionados as condições de mercado, sejam atendidas. **7. Novas normas e alterações às IFRS – Novas normas e alterações entraram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2025.** O Grupo não adotou antecipadamente essas normas novas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais: – IFRS 18 – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, introduz novos requisitos para a demonstração de lucros e perdas, incluindo subtotais definidos e divulgações obrigatórias sobre medidas de desempenho definidas pela administração. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração do fluxo de caixa e as divulgações adicionais necessárias para medidas de desempenho definidas pela administração (MPPMs). A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". – Imposto global mínimo complementar – que é necessário pagar pela legislação do Pilar Dois, que é um imposto de renda no escopo do IAS 12. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no âmbito do projeto Base Erosion and Profit Shifting (BEPS), implementou em 2023 sua iniciativa intitulada "Pilar 2" que estabelece um pilar global de tributação mínima sobre os lucros de grandes grupos multinacionais, visando evitar a transferência artificial de lucros para jurisdições de baixa ou nenhuma tributação. Essas regras buscam assegurar uma alíquota efetiva mínima de 15% em todas as jurisdições em que grupos multinacionais atuam. Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar 2, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. No Brasil, as regras modeladas foram incorporadas pela Lei nº 15.079, de 30 de dezembro de 2024, instituindo o Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como um Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax (QDMT), em linha com os dispositivos da OCDE. As novas regras estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, com o primeiro recolhimento previsto para 2026, e se aplicam a grupos multinacionais com receita bruta anual consolidada superior a 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos. O Grupo avaliou e concluiu que as regras do Pilar 2 e o Adicional de CSLL não são aplicáveis no curto prazo. O Grupo está monitorando e acompanhando eventuais mudanças normativas e suas implicações futuras sobre as demonstrações financeiras. Outras novas normas e alterações para as quais a Companhia não espera impacto em suas demonstrações financeiras: – continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Alterações à IAS 21 – ausência de convertibilidade – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

8. Receita líquida

Receita por categoria	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecimento de espaço e infraestrutura ("Colocation")	1.471.255	1.347.072	1.393.885	1.277.391
Locação de infraestrutura ("Dark Fiber")	90.983	83.802	90.983	83.802
Serviços de telecomunicações	25.210	37.916	25.209	37.385
Revenda	25.386	66.496	25.386	65.893
Taxa de instalação	34.389	42.518	31.394	41.897
Outras receitas	56.530	47.510	53.461	46.869
Receita bruta	1.703.753	1.625.314	1.620.318	1.553.237
Impostos	(155.296)	(152.109)	(155.296)	(152.109)
Receita líquida	1.548.457	1.473.205	1.465.022	1.401.128

Receita por região

Receita por região	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
São Paulo, Brasil	1.338.218	1.241.176	1.338.215	1.241.176
Rio de Janeiro, Brasil	101.318	106.083	101.318	106.083
Ceará, Brasil	25.489	53.869	25.489	53.869
Santiago, Chile	83.072	72.077	–	–
Estados Unidos da América	360	–	–	–
Receita líquida	1.548.457	1.473.205	1.465.022	1.401.128

9. Custo dos serviços e despesas gerais, administrativas e de vendas

Por natureza	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação de imobilizado e ativos de direito de uso	(506.760)	(454.172)	(459.863)	(406.875)
Despesas com energia elétrica	(348.450)	(339.903)	(332.083)	(328.480)
Despesas com pessoal	(204.504)	(201.194)	(190.920)	(192.467)
Despesas de manutenção	(58.415)	(56.861)	(64.073)	(52.545)
Custo de materiais para revenda	(13.839)	(46.285)	(13.839)	(45.717)
Serviços terceirizados	(43.530)	(41.927)	(38.131)	(37.737)
Despesas com aluguel	(27.491)	(25.897)	(27.479)	(25.867)
Mantenção de software e licenças	(20.093)	(15.521)	(19.892)	(15.422)
Outras despesas	(43.940)	(49.111)	(36.092)	(35.572)
Amortização de ativos intangíveis	(5.328)	(4.419)	(5.134)	(4.216)
Total	(1.272.350)	(1.235.317)	(1.177.506)	(1.144.898)

11. Tributos sobre o lucro – 11.1. Conciliação do imposto de renda diferido:

Reconciliação de alterações nos ativos (passivos) fiscais diferidos	Consolidado		Controladora			
	Imposto diferido Ativo	Imposto diferido (Passivo)	Imposto diferido, líquido	Imposto diferido Ativo	Imposto diferido (Passivo)	Imposto diferido, líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	469.757	(467.985)	1.772	467.985	(467.985)	–
Imposto diferido reconhecido no resultado – (despesa)/receita	94.205	(146.145)	51.940	94.205	(146.145)	51.940
Imposto diferido reconhecido no OCI – (despesa)/receita	–	51.940	–	–	51.940	51.940
Variacão da taxa de câmbio	(240)	–	(240)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563.722	(562.190)	1.532	562.190	(562.190)	–
Imposto diferido reconhecido no resultado – (despesa)/receita	6.493	(53.584)	(47.091)	(8.790)	(38.301)	(47.091)
Imposto diferido reconhecido no OCI – (despesa)/receita	–	46.841	46.841	–	47.091	47.091
Variacão da taxa de câmbio	275	–	275	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	570.490	(568.933)	1.557	553.400	(553.400)	–

11.2. Composição do imposto de renda diferido

Imposto diferido reconhecido	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal	7.480	–	7.480	–
Ajgo	208.522	–	306.766	–
Valor justo de ativos intangíveis	245.578	–	237.812	–
Variacão cambial	66.630	–	(86.170)	66.630
Arrendamentos	11.737	–	(19.329)	11.737
Ganho líquido em hedges de fluxo de caixa	–	(249)	–	(47.091)
Taxas de depreciação (vida útil)	17.090	(307.402)	(247.785)	–
Juros capitalizados, líquidos de depreciação	–	(159.905)	(142.486)	–
Valor justo de instrumentos Financeiros	–	(60.717)	–	(60.717)
Reconhecimento da receita contratual	–	(25.376)	(19.329)	–
Outras diferenças	13.453	(15.284)	19.144	–
Saldo em	570.490	(568.933)	19.144	–
Saldo em	1.557	–	1.557	–

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Consolidado		Controladora			
		Vencimento	Taxa de câmbio na designação (USD)	Vencimento	Taxa de Nocial USD	Nocial BRL	Valor justo
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil	Receita futura em USD e pagamentos de juros flutuantes	17-fev-28	BRL5.17	2.4%	460.000	2.848.458	(153.490)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil	–	20-jun-30	BRL5.40	7.3%	100.000	619.230	(82.575)
IRS USD-SOFR – Ascenty Brasil	–	17-nov-31	BRL5.70	8.1%	200.000	1.238.460	(173.629)
IRS USD-SOFR – Ascenty Chile	–	28-set-28	CLP925	4.6%	130.000	804.999	2.439
Total					553.400	(553.400)	890.000
					562.190	(562.190)	562.190

16. Impostos a recuperar	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
IVA a recuperar (a)	125.462	48.620	81.026	41.347
ICMS	16.736	3.731	16.736	3.731
Outros	134	131	134	131
Total	142.332	52.482	97.896	45.209
Circulante	126.135	33.952	81.699	26.679
Não circulante	16.197	18.530	16.197	18.530
Total	142.332	52.482	97.896</b	

... continua>

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Fornecedores	87.382
Total	381.153 5.080.0

O negócio e a estratégia do Grupo dependem de montantes relevantes de capital investidos na construção e no crescimento das instalações de data centers, que são financiados tanto por capital próprio dos acionistas, como por fluxos de caixa das operações e recursos de terceiros captados com instituições financeiras internacionais Nota 20). O Grupo possui como prática refinanciar suas linhas e crédito antes dos vencimentos como forma de gerir as projeções de novos investimentos e estruturação de capital em termos de vencimento e geração de caixa dos contratos atuais e novos contratos com clientes. Conforme divulgado na Nota 20, em março, junho e novembro de 2024, o Grupo concluiu com sucesso a emissão de novas debêntures locais para a Ascency Data Centers com datas de vencimento final em março de 2029, março de 2030, novembro de 2030 e novembro de 2031, quitando

parcialmente o Term Loan 2023, cuja data de vencimento é fevereiro de 2028. Além disso, em outubro de 2023, o Grupo também concluiu o acordo de um novo empréstimo a prazo na Ascenty Chile SpA, reforçando a capacidade do Grupo de cumprir seus compromissos e estratégia de crescimento. **c. Risco de mercado: Risco cambial:** O Grupo está exposto principalmente ao risco cambial associado aos seus empréstimos e financiamentos de longo prazo indexados ao dólar americano. Uma mudança razoavelmente possível do dólar americano em relação ao real brasileiro e ao peso chileno em 31 de dezembro de 2024 teria afetado o lucro ou prejuízo pelos valores mostrados abaixo. Esta análise pressupõe continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicacoes-legais



... continuaçāo

que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permaneçam constantes. O cenário provável considera uma valorização de 3% do dólar americano com base em projeções disponíveis do Banco Central do Brasil (relatório Focus) e o cenário possível uma apreciação de 10%. A taxa spot USD/BRL em 31 de dezembro de 2024 era de BRL 6,1923.

Consolidado	Valor contábil BRL	Cenário provável	Lucro ou (prejuízo)
			Cenário provável
Paridade USD/BRL	BRL6,1923	BRL6,3511	BRL7,9203
Empréstimos e financiamentos	151.131	(3.875)	(42.174)
Adicionalmente, a Companhia investe seu caixa não utilizado em um fundo cambial (nota 13), cujo benchmark é o câmbio (USD) e a taxa de juros do Brasil. O Grupo possui alguns contratos de longo prazo com clientes denominados em USD. Em ambos os casos, em uma valorização da moeda local, o Grupo estaria exposto a perdas financeiras e redução de receita, respectivamente. Risco da taxa de juros: Os empréstimos e financiamentos do Grupo são indexados ao SOFR 3M (empréstimos a prazo) e BRL-DI (debêntures), conforme			

Gustavo Henrique Santos de Sousa – Diretor Presidente

Werner Romera Süffert – Vice-Presidente de Finanças

Livia Agessi Gonçalves – Diretora de Controladoria

Marcio Toshikazu Ishikawa – Contador CRC 1SP 235.920/0-5

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

s. divulgado na Nota 20. Para mitigar as exposições dos fluxos de caixa a taxas de juros flutuantes, o Grupo adquiriu swaps de taxas de juros para proteger 1,00:1,00 das exposições SOFR 3M e BRL-DI pagando USD fixo e recebendo USD-SOFR e BRL-DI para as linhas de crédito da Ascenty Data Centers e da Ascenty Chile SpA, conforme divulgado na Nota 20. A cobertura dos swaps compreendeu o prazo total dos empréstimos e financiamentos do

os 26. Investimentos

26. Investimentos Controladas	Ascenty Chile	Ascenty US	
	2024	2023	2024
Ações ordinárias e preferenciais	94.387.995	91.199.235	300.000
Participação acionária	100%	100%	100%
Ativo	1.472.649	910.530	3.162
Passivo	1.051.251	446.093	929
Patrimônio líquido	421.397	464.436	2.233
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(104.114)	(42.218)	315
Variação dos investimentos		2024	2023
Saldo inicial	464.436		546.153
Investimento no período		1.482	20.678
Equivalência patrimonial		(103.799)	(42.218)
Variação cambial dos investimentos		55.749	(55.348)
Resultado de hedge de fluxo de caixa		5.762	(4.829)
	423.630		464.436

Relatório

Aos acionistas e Diretores da

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. | Vinhedo – São Paulo

Orientação: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, o resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita: Veja a Nota 6.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** A receita da Companhia é derivada principalmente da disponibilização de espaço físico e infraestrutura para a guarda de equipamentos especializados em processamento e armazenamento de dados, conhecidos no mercado como colocation, cujo cumprimento da obrigação de performance é satisfeito à medida em que os serviços são entregues, o que ocorre quando os componentes de espaço físico e infraestrutura são consumidos pelo cliente. Dado a relevância da receita e o volume de contratos com terceiros, bem como o risco de reconhecimento de receita indevido de colocation, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a: –Com base em técnicas de amostragem, nós inspecionamos os contratos, notas fiscais e comprovantes de recebimento financeiro dos serviços prestados para confirmar que o cliente reconheceu tais serviços; –Para avaliar o reconhecimento da receita de colocation, nós desenvolvemos um modelo de expectativa de receita com base na capacidade contratada por cliente e data-center, e compararmos com a receita registrada no ano. –Avaliacão se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas contêm as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras indivi-

dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto. As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referências das demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

Consolidadas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de janeiro de 2025
MG Auditores Independentes Ltda.
2SP 027.612/0-4 F SP

KPMG CRC 2SP 027.612/04 F SP
Carlos Humberto Rodrigues da Silva
 Contador CRC 1SP 217.733/04

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança
garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
longo da assinatura



https://doi.org/10.31233/osf.io/12m4t | Version 1 - April 1, 2021

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:



Leitesol Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 (Expresso em reais - R\$)

Nota explicativa 31/12/2024 31/12/2023

Ativo		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Círculante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.199.331	69.959.021	
Contas a receber	5	108.689.201	70.477.035	
Contas a receber – parte relacionada	13	507.149	396.502	
Estoques	6	147.960.766	100.127.385	
Impostos a recuperar	7	5.816.963	6.716.636	
Outros créditos		877.759	757.982	
Instrumentos financeiros derivativos		632.818		
Total do ativo circulante		278.683.987	248.434.561	
Não Círculante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.357.104	5.539.173	
Imobilizado	9	21.683.629	16.756.628	
Direito de uso	10	888.888	160.866	
Intangível	11	773.889	629.598	
Total do ativo não circulante		28.703.510	23.086.267	
Total do Ativo		307.387.497	271.520.828	
Passivo e Patrimônio Líquido				
Círculante				
Fornecedores		9.699.193	8.610.198	
Fornecedores estrangeiros – parte relacionada	12	99.378.972	48.443.857	
Impostos a recolher		1.235.929	1.081.448	
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.383.502	4.219.478	
Obrigações sociais a recolher		4.371.641	3.923.109	
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.c	37.582.433	27.259.261	
Outras obrigações		2.545.916	2.088.584	
Arrendamentos	10	346.663	170.361	
Total do passivo circulante		160.544.249	95.796.296	
Não Círculante				
Provisão para riscos	13	52.618	203.651	
Arrendamentos	10	549.078		
Total do passivo não circulante		601.696	203.651	
Patrimônio Líquido				
Capital social	14.a)	28.484.551	28.484.551	
Reservas de capital		1.691	1.691	
Reservas de incentivos fiscais	14.d)	36.325.443	36.325.443	
Reserva legal	14.b)	5.696.910	5.696.910	
Reserva de lucros	14.e)	75.732.957	105.012.286	
Total do Patrimônio Líquido		146.241.552	175.520.881	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		307.387.497	271.520.828	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explanatórias às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. Natureza das Operações – A Leitesol Indústria e Comércio S.A. ("Sociedade"), situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades.

2. Base de Elaboração e Apresentação de Demonstrações Financeiras

- 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Acções e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, a qual é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: reconhecimento das receitas, provisão de descontos comerciais e determinação da estimativa de perdas estimadas de créditos. As estimativas e premissas são revisadas continuamente pela administração e os possíveis ajustes contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

2.5. Investigação de "dumping" – Leite em Pó – Argentina e Uruguai: No dia 11 de dezembro de 2024, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) publicou, no Diário Oficial da União, a Circular nº 72, de 2024, que deu início à investigação de prática de "dumping" nas exportações para o Brasil de leite em pó, integral ou desnatado, não fracionado, comumente classificadas nos subitens 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da Argentina e do Uruguai. A presente investigação foi requerida a partir da petição protocolada pela Confederação Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A análise dos elementos de prova de "dumping" considerou o período de janeiro a dezembro de 2023. Já o período de análise de dano considerou o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023. Dentro as empresas exportadoras da Argentina, selecionadas pelo volume de exportação para apresentação de informações e documentos, está a Mastellone Hermanos S.A., que é empresa controladora e exportadora de seus produtos para a Leitesol Ind. e Com. S.A. no Brasil. A Leitesol figura como parte interessada no âmbito da investigação, portanto, ambas irão apresentar as informações e documentos requeridos pelo Secex. A companhia irá responder os questionários recebidos e, oportunamente, apresentará as devidas informações e argumentos contra as alegações constantes da investigação.

3. Principais Políticas Contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo valor justo por meio do resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros: Classificação e mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a valor justo.

(ii) Passivos financeiros: Classificação e medição de passivos financeiros: A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros: Ajuste de passivos financeiros: Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo.

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, partes relacionadas e outros passivos. Financiamento: Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos bancos e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. Contas a receber: As contas a receber de clientes e de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances esperadas de recebimento registrado e mantido no período, com base no valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os títulos com vencimento de longo prazo referem à renegociação da dívida.

3.2. Estimativas e julgamentos: Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: reconhecimento das receitas, provisão de descontos comerciais e determinação da estimativa de perdas estimadas de créditos. As estimativas e premissas são revisadas continuamente pela administração e os possíveis ajustes contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3.3. Intangível: A Sociedade determina a classificação dos seus intangíveis no momento do seu reconhecimento inicial.

3.4. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.5. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.6. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.7. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.8. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.9. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.10. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.11. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.12. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.13. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.14. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.15. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.16. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.17. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.18. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.19. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.20. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.21. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.22. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.23. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.24. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.25. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.26. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.27. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.28. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.29. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.30. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.31. Impostos sobre o lucro líquido: Ajuste de impostos sobre o lucro líquido: Os impostos sobre o lucro líquido são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

3.32. Impostos sobre

... continuação

mentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificamente que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam o direito existente no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento dos "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumprí-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"	As alterações 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo IFRS e CPC e normas publicadas e ainda não vigentes: A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2024.

Norma	Requisitos	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 21 – Falta de Conversibilidade	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.	
IFRS 18 – Apresentação e Divulgações em Demonstrações Financeiras	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.	

3.3. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Sociedade aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

31/12/2024 31/12/2023

Caixa e bancos	8.454	44.229
Aplicações financeiras	14.190.877	69.914.792
Total	14.199.331	69.959.021

As aplicações financeiras referem-se aos saldos diários disponíveis nas contas correntes bancárias que são aplicadas automaticamente em fundos de renda fixa, com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as remunerações aproximaram-se de 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a Receber

31/12/2024 31/12/2023

Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
108.094	–	69.361.068	–
Duplicatas a vencer	6.542.350	5.182.922	5.725.308
Total de duplicatas	114.631.394	5.182.922	75.086.376
Cheques em cobrança	9.569	457.620	9.569
Total	114.640.963	5.640.542	75.095.945
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(3.583.044)	(5.640.542)	(514.458)
Provisão para descontos comerciais	(2.368.718)	–	(4.104.452)
Total	108.689.201	–	70.477.035

As duplicatas vencidas registradas no ativo não circulante referem-se basicamente as reengajações com clientes por valores pré-fixados, com prazo de realização variável e superior a um ano. Para estes saldos, a Sociedade registrou provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, correspondentes a 100% do saldo vencido. Não há contas a receber dadas como garantia de nenhuma das operações da Sociedade. Em março de 2024, o cliente Dia Brasil – Grupo DIA apresentou pedido de Recuperação Judicial, cuja tramitação foi deferida pelo juiz. Após 60 dias, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, onde o crédito da Sociedade estava habilitado nos autos. Atualmente, estamos aguardando a aprovação do plano votado na assembleia de credores e a continuidade dos negócios de recuperação. Para atuar na cobrança judicial como "fornecedor parceiro", em razão das condições impostas no plano, uma vez que as condições como "credor qurográfario" eram desfavoráveis à Sociedade, foi firmado contrato de fornecimento com o cliente, com prazos e limites. Limitado a concessão de recuperação judicial. Dessa forma, considerando que o plano de recuperação judicial ainda não havia sido homologado, em julho de 2024, a Administração da Sociedade decidiu registrar perda estimada de crédito para as contas a receber em aberto no montante de R\$2.759.232 referente à operação comercial com o cliente Dia Brasil, em relação às vendas vencidas e não pagas no período de janeiro a maio de 2024. O montante de contas a receber em aberto para o Dia Brasil em 31/12/2024 é de R\$2.759.232, o qual está provisionado em sua totalidade na rubrica de provisão para perdas estimadas em contas a receber de liquidação duvidosa no ativo circulante. Continuaremos monitorando os desenvolvimentos no processo de recuperação judicial e podemos reverter as expectativas de cobrança. O total de duplicatas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está distribuído conforme segue:

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

31/12/2024 31/12/2023

A vencer:		
Até 30 dias	82.913.760	53.549.747
De 31 a 60 dias	19.249.684	14.636.793
De 61 a 90 dias	5.925.600	1.174.528
Total – a vencer	108.089.044	69.361.068
Vencidas:		
Até 30 dias	2.348.945	4.695.860
De 31 a 60 dias	290.390	114.898
De 61 a 90 dias	158.620	139.216
De 91 a 180 dias	310.256	372.514
De 181 a 360 dias	3.434.139	402.820
Mais de 360 dias	5.650.111	5.153.135
Total – vencidas	12.192.461	10.878.443
Total	120.281.505	80.239.511

As movimentações na provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e descontos comerciais são as seguintes:

31/12/2024 31/12/2023

Saldo no início do exercício		
9.762.476	10.128.904	
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5.118.914	2.081.731
Provisão para descontos comerciais	28.790.210	31.156.130
Realização da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.553.352)	(4.237.141)
Realização da provisão para descontos comerciais (ii)	(30.525.944)	(29.367.148)
Saldo final	11.592.304	9.762.476

(i) Referem-se substancialmente a créditos recebidos de clientes que estavam provisões e a baixa de créditos sem expectativa de recebimento. (ii) Referem-se as bases dos descontos comerciais, já que este evento está vinculado ao recebimento efetivo do título até a data de vencimento.

6. Estoques

31/12/2024 31/12/2023

Materias-primas		
40.292.064	25.193.747	
Produtos de revenda	14.583.007	14.953.553
Produtos acabados	16.236.684	13.294.465
Almoxarifado	1.964.481	1.916.169
Embalagens	2.635.831	2.500.203
Importação em andamento – partes relacionadas	72.248.699	42.329.244
Total	147.962.461	100.127.385

Provisão para perdas nos estoques: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Sociedade revisou a composição de estoques e não identificou a necessidade de constituição provisória para perdas. A Sociedade não possui estoques concedidos em garantias.

7. Impostos a Recuperar

31/12/2024 31/12/2023

ICMS		
609.073	1.081.464	
IRPJ	61.101	61.102
PIS	269.997	231.820
CO		

...continuação

	Leitesol Indústria e Comércio S.A.						Análise de sensibilidade com base na taxa do dólar								
	31/12/2024	31/12/2023	18. Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2023	31/12/2024					Incremento					
			Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	98.641.925	68.634.830					10% 25%					
16. Custos e Despesas por Natureza			Alíquota atual	34%	34%	Taxa de câmbio				6,1923 6,8115 7,7404					
Publicidade e propaganda	(79.074)	(193.554)	Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:	(33.538.255)	(23.335.842)	Fornecedores estrangeiros (parte relacionada e outros)	16.231.298	100.509.067	110.559.486	125.636.739					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	151.033	(102.312)	Creditos extemporâneos de incentivos fiscais de 2018 a 2022 (nota explicativa nº 7)	–	7.824.760	Contas a receber (parte relacionada)	(81.900)	(507.149)	(557.862)	(633.939)					
Consultoria e assessoria	(2.455.829)	(2.509.405)	Outras receitas e despesas	(3.814.389)	(3.814.389)	Estoque em transito (Importações)	(9.195.771)	(56.942.979)	(62.636.993)	(71.178.946)					
Outras receitas e despesas	(7.031.493)	(7.031.493)	Total das despesas	(86.905.124)	(85.572.963)	Exposição líquida do balanço patrimonial	43.058.944	47.364.630	53.823.854	4.305.688					
Comercial	(71.467.771)	(70.800.969)	Montante pelo cálculo de sensibilidade												
Geral e administrativo	(15.665.963)	(15.287.193)	17. Resultado Financeiro	31/12/2024	31/12/2023	20.2. Exposição a riscos da taxa de juros:	Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas. Atualmente, a Sociedade possui as aplicações financeiras sujeitos a oscilações a estas taxas de juros CDI, o qual encontrava-se no patamar de 10,88% a.a.								
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	228.610	515.193	Receita:			Aplicações financeiras	31/12/2024	31/12/2023	14.190.877	69.914.792					
Total das despesas	(86.905.124)	(85.572.963)	Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	5.101.839	8.026.279	Juros sobre atualização de impostos	515.092	816.782							
17. Resultado Financeiro			Juros e descontos recebidos	420.953	324.694	Variância cambial ativa – com parte relacionada	4.544.982	3.139.338							
Receitas financeiras	13.554.446	13.439.841	Incentivos fiscais de 2023 (nota explicativa nº 7)	–	645.259	Variação cambial, empréstimos bancários	–	64.281							
Despesas:			Juros sobre o capital próprio – JSCP	–	4.078.157	Instrumentos financeiros derivativos	2.971.580	1.068.467							
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	Outras	409.063	(926.549)	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	10% 25%	20.3. Instrumentos financeiros derivados:					
Variância cambial passiva – com parte relacionada	(16.546.484)	(56.285)	Imposto de renda e contribuição social composta por:	(32.483.933)	(12.359.474)	Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade celebrou operações de instrumentos financeiros derivativos com o Banco Itaú e com o Banco Bradesco para proteger parcela de seus passivos denominados em moeda estrangeira contra riscos cambiais.									
Descontos concedidos	(10.793)	(6.431)	Corrente	(32.301.863)	(13.775.864)	Contrato	09/01/2025	950.000	6.1948	158.452					
Instrumentos financeiros derivativos	(383.520)	(3.715.596)	Diferido	(182.070)	1.416.391	Fornecedores estrangeiros	15/01/2025	950.000	6.2010	156.910					
Outras despesas financeiras	(935.099)	(926.547)	Total	(32.483.933)	(12.359.474)	Fornecedores estrangeiros	23/01/2025	950.000	6.2072	158.311					
Despesas financeiras	(17.875.896)	(4.704.859)	19. Lucro por Ação – As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro líquido básico por ação.	28.484.551	2.3226	Fornecedores estrangeiros	30/01/2025	950.000	6.2160	159.145					
Total resultado financeiro	4.321.450	8.734.982	Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	66.157.992	1.9756	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	10% 25%	20.4. Concentração de risco de crédito:					
20. Instrumentos Financeiros – Todas as operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:			Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido por ação	28.484.551	1.9756	Os instrumentos financeiros que podem expor a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, em primeiro lugar, em contas a receber, fornecedores e partes relacionadas, todos classificados como empréstimos e recebíveis e registrados ao custo amortizado. Em relação às aplicações financeiras os saldos são registrados ao valor justo. A Sociedade mantém contas bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos de diversificação dos riscos de crédito.									
Instrumentos financeiros por categoria:			Lucro líquido por ação (básica) – R\$	–	–	20.5. Risco de crédito:	Decorre da possibilidade de a Sociedade não receber os fluxos de caixa decorrentes de operações de venda ou aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Para mitigar esse risco, a Sociedade possui uma política de análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e das instituições financeiras com as quais se relacionam, o estabelecimento de um limite de crédito para os clientes e o monitoramento constante de seu saldo devedor. A Administração da Companhia monitora os fatores de risco analisando as tendências de mercado e realizando uma revisão periódica de seus ativos e dívidas.								
			A quantidade média ponderada de ações utilizada na determinação do lucro líquido básico por ação, uma vez que a Sociedade não possui instrumentos financeiros ou outro contrato que possa dar direito de diluição.	–	–	20.6. Gestão de riscos de instrumentos financeiros:	A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.								
			Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	–	–	21. Seguros – Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são as seguintes:									
			das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa para evitar o encerramento das operações.	–	–	Riscos cobertos	Limites de indenização								
			Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.	–	–	Todos os riscos	Responsabilidade de D&O	10.000.000							
			• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.	–	–	Todos os riscos	Responsabilidade civil – geral	53.506.651							
			• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.	–	–	22. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 31 de janeiro de 2025.									
			• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.	–	–	Sebastián Luis Maraggi – Diretor Presidente									
			• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	–	–	Alexandre Lima da Silva – Contador – CRC 1SP 237.828/0-7									
			Campos, 31 de janeiro de 2025	–	–										
			Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2SP 011.609/0-8 Fabiano Ricardo Tessitore Contador CRC nº 1SP 216.451/0-1	–	–	Deloitte.									

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



**Brassinter S.A.
Indústria e Comércio**
CNPJ 56.994.460/0001-37
Edital de convocação
Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária em 1ª convocação, a ser realizada no dia 18 de março de 2025, às 09 horas, na sede social na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberar:
a) Autorizar a diretoria da Companhia a vender o imóvel localizado na Avenida Nações Unidas, nº 21344, conforme proposta recebida; e **b)** Autorizar a mudança da sede da companhia para outro endereço. **A Diretoria.** São Paulo, 14 de fevereiro de 2025. (14, 15 e 18.02.2025)

Movecta S.A.
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Cia.") a se reunirem em AGE, a ser realizada no dia 28/02/2025, às 10hs, de modo presencial, R. Guararapes, 1.909, 9ºand., Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, para deliberar e votar as seguintes matérias: **(i)** a proposta de pagamento antecipada de Dividendos intermediários aos acionistas, conforme resultados apurados no exercício social de 2024, de forma proporcional às suas participações acionárias, pagamento este que será feito conforme disponibilidade de caixa da Companhia; **(ii)** incluir as atividades de Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, inter-municipal (CNAE 49.30-2-01); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, inter-municipal, interestadual e internacional (CNAE 49.30-2-02), e; Operador de transporte multimodal – OTM (CNAE 52.50-8-05); no objeto social da Companhia para a filial com NIRE nº 35.900.965.494 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0002-05, promovendo-se a necessária reforma do Estatuto Social da Companhia em caso de aprovação da matéria; **(iii)** a abertura de filial da Companhia na localidade de São Paulo/SP para serviços de apoio administrativo, e; **(iv)** consolidar a nova versão do Estatuto Social da Companhia. (14, 15 e 18/02/2025)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/02/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

